

COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF
GRUPO DE TRABALHO DA PESCA E AQUICULTURA (GT PESCA)
INTERCÂMARAS

Local: Premium Offices Escritório Virtual e Coworking – Vitória/ES

ATA DA 2ª REUNIÃO DO GT PESCA

Aos 26 dias do mês de setembro de 2018, às 09 horas, deu-se início a 2ª Reunião do Grupo de Trabalho da Pesca e Aquicultura (GT PESCA), instituído pela Deliberação nº 175 de 29 de junho de 2018, do Comitê Interfederativo – CIF.

A reunião deu-se início com a apresentação dos participantes. Em seguida, o coordenador da CTBIO/CIF, João Carlos A. Thomé, reafirmou a importância do GT e informou que todos os assuntos terão participação dos membros bem como todas as informações referentes ao andamento dos programas e monitoramento de atividades serão disponibilizados a todos para ciência. Em seguida o Sr. João Carlos relembrou os encaminhamentos do Seminário, fez uma leitura dos pontos de Pauta e informou a dificuldade na comunicação com a ANVISA mencionando a importância da participação deste no GT. O Sr. Renato da Secretaria Executiva do CIF informou que no dia 15/10 será divulgado o novo site do CIF para divulgação dos documentos produzidos e que a Secex/CIF irá encaminhar à ANVISA os registros de ata das reuniões anteriores para ciência.

No primeiro item de pauta, referente à contaminação do pescado, o professor Adalto Bianchini, da FURG/ Rede Rio Doce Mar, apresentou os resultados do monitoramento das concentrações de metais e arsênio no pescado da foz do Rio Doce e região costeira adjacente. O prof. Adalto informou as fases dos ciclos de monitoramento com os dados coletados em dois anos e meio de água, zooplâncton, camarões e peixes e fez um resumo das cinco expedições com apoio do ICMBio e negociações com a Fundação Renova e informou que o foco da sua apresentação é no pescado. O Sr. João Carlos informou que esse apoio do ICMBio ocorreu numa organização com outros órgãos ambientais que participaram do projeto de monitoramento inicial e relembrou que o nível de oxigenação do rio chegou a zero até povoação e à partir daí se misturando com água do mar melhorando as condições, com uma grande quantidade de rejeitos que chegaram ao mar durante o ápice da tragédia. Informou ainda que houve uma melhora no rio mas que há ocorrência da pluma por toda a costa, de Caravelas/BA até o norte do Rio de Janeiro. O prof. Adalto informou que estão em expedição no momento com cinco equipes que também estão realizando a coleta de organismos aquáticos, em que o prazo será até o dia 14/10/2018 abrangendo a região de Setiba no município de Guarapari/ES até Abrolhos/BA e deu continuidade em sua apresentação.

O Sr. Renato da SECEX/CIF questionou sobre a existência de outros estudos que mostram o impacto que o consumo de pescados contaminados causa na saúde humana na falta de uma legislação que deixe explícito e o prof. Adalto confirmou que existem diversos estudos na área sobre o fato. A Sra. Caroline Molina, da CT-IPCT, questionou quais as implicações práticas na vida dos consumidores do pescado independente da concentração dos metais relatados. O prof. Adalto respondeu que essa resposta virá de dentro deste GT com base na junção de todos os estudos realizados pelos diversos órgãos envolvidos. O prof. Adalto informou ainda que o risco de quem consome o pescado diariamente aumenta muito, mas que ainda faltam avaliações do perfil da população local e de seus hábitos para obter respostas mais precisas. A sr. Caroline questionou também como eram os níveis de concentração dos metais relatados antes do desastre e complementou que seria interessante uma avaliação que comparasse os valores antes e depois do desastre. O prof. Adalto informou que houve uma maior carga de metais no início que foi se estabilizando com o passar do tempo ocorrendo uma diluição ao longo da costa em que os níveis foram abaixando e se tornando mais naturais por conta do próprio ajuste do ambiente. Apenas os níveis de Cadmium continuam preocupantes.

O prof. Adalto continuou sua apresentação e informou que está analisando os documentos para dar um parecer mais robusto em relação ao impacto, que deverá ser feito até o dia 23/10/2018. Informou ainda que houve violação dos limites de concentração de metais nas cinco expedições, que algumas concentrações ainda estão acima dos limites da ANVISA, mas que os níveis estão diminuindo.

A Sra. Regina Pimenta da CT-SHQA fez uma colocação com relação a qualidade da água informando que no momento do rompimento houveram picos de contaminação muito além do permitido tendo uma queda na qualidade da água logo nos primeiros meses de 2016 que variava conforme os trechos do rio. Informou que ha dados pretéritos com a qualidade da água anterior ao desastre, coletados pelo IGAM e comparações com a qualidade da água nos locais onde tem as metalúrgicas e siderúrgicas. Porém com relação ao pescado não existiam estudos anteriores ao rompimento, mas que existiam fatores que vinham influenciando nas contaminações. Informou ainda que devido a interface entre os estudos dos pescados e os estudos de qualidade da água, há uma necessidade de se avaliar em conjunto os dados obtidos para repassar informações mais sólidas a população. A Sra. Regina mencionou ainda que há uma parte do rio Doce em Resplendor/MG que requer maior atenção, necessitando de mais estudos para possível abastecimento e captação de água nessa região e complementou que deve-se trabalhar com a distinção do que é a qualidade da água e o que é o pescado para consumo humano.

O Sr. Bruno Pimenta da Fundação Renova colocou que é necessário o número total de amostras analisadas, com detalhamento nos dados e percentuais de amostras contaminadas e que não dá para se pensar em uma alternativa de solução sem que os dados estejam completos pois não se sabe efetivamente qual é a chance de se pescar um peixe contaminado. O Sr. João Carlos da CT-BIO mencionou que a proibição ou não da pesca não está envolvida apenas com a qualidade do pescado, mas também com todo o ambiente, nos organismos, na biota, etc. e que essas questões são muito complexas.

A Sra. Laila Medeiros da Fundação Renova informou que a análise percentual dos dados é importante pois consegue-se saber qual o percentual de risco que uma população pode encontrar e mencionou o exemplo do camarão em que precisa diluir o risco com a frequência de violação para definir uma análise global. Complementou que quando a apresentação é feita por gráficos fica mais claro o entendimento e que os dados podem ser modelados para responder com mais clareza as perguntas feitas.

A Sra. Caroline da CT-IPCT lamentou a ausência de pessoas da Renova de outras áreas fora da Biodiversidade e informou que existe uma preocupação com a saúde das pessoas atingidas pois a base alimentar dessas pessoas é o pescado e questionou o que a Fundação Renova tem feito com todos os dados coletados até o momento e o que tem feito para alertar a população sobre os peixes que podem ou não ser consumidos. Complementou que é importante que a população tenha conhecimento dessas questões.

O Sr. Bruno Pimenta informou que existe uma limitação judicial que limita a área de pesca e que referente aos dados a Renova nada pode fazer algo, pois estes não foram entregues brutos, apenas na forma de relatórios parciais. Complementou que as informações só podem ser repassadas a população após o recebimento de todos os dados. Informou ainda que o CIF orientou a CT-BIO o encaminhamento desses dados à ANVISA mas que até o momento não obtiveram o retorno e que em relação ao risco à saúde humana já existe um estudo junto à CT-Saúde. O Sr. João Carlos da CT-BIO informou que os relatórios com os dados vêm sendo publicados e estão disponíveis, mas as perguntas geradas ainda não foram respondidas. A Sra. Caroline da CT-IPCT reafirmou a preocupação com a população que continua consumindo o pescado sem ter as informações sobre a contaminação e que espera que sejam feitas ações concretas para divulgação desses dados. A Sra. Gilsa Rodrigues da CT-Saúde informou que é necessário a realização de estudos epidemiológicos e toxicológicos para obter as respostas que a população precisa.

Ainda em relação à divulgação dos dados, o Sr. Renato da SECEX/CIF informou que existem cláusulas de confidencialidade. A Sra. Gilsa mencionou que não se pode haver essa confidencialidade com o pesquisador e o Sr. Bruno complementou que para o programa contratado com a RedeRioDoceMar há um acordo para que os dados sejam divulgados imediatamente. A Sra. Luiza da Fundação Renova sugeriu a abertura dos dados entre os membros do GT para que todos possam auxiliar com análises técnicas, reduzindo assim o tempo de repasse dos dados.

O sr. Leandro Guimarães da CT-BIO mencionou a importância da transparência que se deve ter com o público do risco que possui no consumo do pescado, reafirmou que é imprescindível a realização de estudo epidemiológico com novos dados em relação à saúde antes de alertar a população para não gerar pânico.

A Sra. Caroline da CT-IPCT declarou que os estudos do Prof. Adalto trazem elementos importantes para tomadas de decisões e atitudes concretas, mas que as instituições precisam se alinhar com base no que se tem hoje e o que a Renova poderá fazer. Sugeriu que a Renova apresente em 30 dias um plano de comunicação para informar a população as questões pertinentes à contaminação do pescado e seu consumo, e a forma como será abordado com os povos indígenas, quilombolas, etc. Informou ainda que a Renova tem postergado as ações enquanto aguarda geração de outros dados, mas que, com o que já se tem em mãos, é possível trabalhar na comunicação.

O Sr. Bruno Pimenta mencionou que não é função da Renova fazer o retrabalho dos dados. O Sr. João Carlos complementou que nada sai a público sem o conhecimento das Câmaras Técnicas e que nunca houve movimentação específica por parte da Renova em se fazer um trabalho de responder a população nem de divulgar o que já foi identificado.

O Sr. Milton relatou que já iniciaram os trabalhos em Mariana/MG avaliando outros riscos como coleta de água subterrânea, alimentos, poeira, etc., e que diversos trabalhos vem sendo feitos, estando ainda na primeira etapa, sendo realizados por uma empresa contratada e acompanhados pelo Ministério da Saúde. Informou que o pescado em Mariana/MG, de acordo com a população, não há consumo nem comercialização, o que dificulta coleta por parte da vigilância sanitária, e a própria população não manifestou interesse na análise da contaminação do pescado. Informou ainda que a equipe decidiu coletar outros alimentos (leite, ovos, tubérculos e frutas) e que até o mês de março de 2019 já obterão todos os dados necessários que serão disponibilizados imediatamente à conclusão, mas reforçou que a divulgação para a comunidade deverá ser feita com cuidado. Complementou que sairá em breve um encaminhamento para dar início aos estudos epidemiológicos. A Sra. Gilsa da CT-Saúde mencionou que uma fase dessa análise será iniciada em Linhares com base na cultura alimentar da comunidade local para analisar esses alimentos específicos. O Sr. Renato da SECEX/CIF reforça que a população reclama a falta dos resultados.

A Sra. Gilsa informou que a Ambios apresentará os resultados completos dos estudos em Mariana no mês de novembro de 2018, mas que Renova defende que os dados sejam divulgados apenas após a finalização de tudo, pressionando a Ambios para não divulgar antes, e reforçou a importância dos dados serem divulgados imediatamente após a conclusão dos estudos em novembro.

O prof. Adalto informou que continuará contribuindo com os estudos e sugeriu que o Sr. João Carlos solicitasse os dados brutos formalmente para que estes sejam depositados no órgão que ficará com a responsabilidade de tratar esses dados e divulgar com os devidos cuidados de propriedades intelectuais, mas que os mesmos estão disponíveis para que os órgãos os utilizem, como sempre foi.

O Sr. Milton da CT-Saúde mencionou que com relação aos contaminantes, quem coordena e financia as pesquisas desse tipo de análise é a ANVISA que não se fez presente na reunião. O Sr. João Carlos propôs a criação de um subgrupo de trabalho com envolvimento da ANVISA para que, na próxima reunião, apresentem os avanços das discussões referentes aos dados de contaminação na população humana. A Sra. Gilsa ficou de entrar em contato com a ANVISA para informar a necessidade e importância do órgão nesse GT e propôs a formação de grupos menores para melhorar as tomadas de decisão, ficando assim criado um comitê para discutir a questão do impacto dos pescados contaminados na saúde humana, sendo coordenado pela Sra Gilsa do ES.

Em seguida, o Sr. Bruno Pimenta da Fundação Renova apresentou o Relatório 2 do mês de agosto de 2018 referente a quantificação de metais e arsênio nos organismos coletados durante o programa de monitoramento da ictiofauna do Rio Doce nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Sr. Bruno concluiu que a inclusão de mais dados melhorou a investigação mas seriam necessárias a realização de mais

coletas, que a inclusão de outros parâmetros ambientais também auxiliarão no alcance dos objetivos e que nenhuma amostra ultrapassou os limites da RDC 42/2013 ou do Decreto nº 55871/1965.

Referente ao item 2 da Pauta, a Sra. Camila Camilo da Fundação Renova apresentou a situação do cadastro dos pescadores com os dados dos acordos do Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados (PIM) e do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE). Fez um breve relato da situação do registro dos pescadores, os acordos que foram fechados e os que estão em aberto e a situação dos pescadores profissionais, da pesca de subsistência e demais categorias. A Sra. Camila relatou também a situação dos cadastrados que não exercem a atividade pesqueira e os números que estão acima da realidade em locais onde a pesca não era tradicional. O Sr. João Carlos complementou que o setor camaroneiro aguarda as indenizações que ainda não foram feitas. A Sra. Caroline da CT-IPCT mencionou o equívoco que ocorreu no cadastramento dos pescadores ao considerar todos àqueles que se apresentassem como tal impossibilitando os demais de receberem seus direitos. Mencionou ainda que essa discussão compete a Câmara Técnica de Organização Social que não se fez presente na reunião. O Sr. João Carlos sugeriu o registro em Ata da inviabilidade da discussão desse tema sem a presença de membros da CT-OS e solicitou um posicionamento desta CT sobre o assunto para a próxima reunião. Informou ainda que será discutido posteriormente a redefinição da área ambiental 1 que impactará nessa temática do GT.

No item 3 da pauta, referente à discussão quanto a proibição da pesca e ações de fiscalização, o Sr. João Carlos informou que as questões da proibição vem sendo conversada com a justiça para uma reavaliação com base nos estudos realizados. A Sra. Rosa Eurídice do IEMA relatou que houveram reuniões anteriores com alguns órgãos de fiscalização em que o IBAMA declarou que vem fazendo as fiscalizações de pesca sem apoio algum de outros órgãos, utilizando-se da embarcação cedida pela Renova mas que estavam com problemas na realização dessa atividade pois, ao saírem com a embarcação, os pescadores estavam sendo avisados, dificultando a ação, e com isso necessitariam do apoio da Capitania dos Portos e Polícia Federal para que a embarcação saísse de locais onde não houvesse o risco de vazamento de informação. A Sra. Rosa informou ainda que uma outra reunião será agendada para definir o plano institucional com o cronograma de fiscalização com os demais órgãos envolvidos.

O Sr. João Carlos relatou o fato apresentado anteriormente pelo chefe da fiscalização do IBAMA referente a falta de eficiência de fiscalização por meio de embarcação com sugestões de novas formas como o uso de drones. Observou ainda que esse assunto também deve ocorrer no Estado de Minas Gerais. O sr. Leandro Guimarães do IEF colocou a possibilidade de marcar essa reunião posteriormente.

A Sra. Rosa do IEMA sugeriu o uso de câmeras em pontos estratégicos, em torres/ radares, para o monitoramento aumento a eficácia da atividade de fiscalização. O Sr. João Carlos complementou que pode-se exigir um rastreamento das embarcações por satélite via PREPS, e que a fiscalização se faz necessária.

O Sr. Alejandro da SEAG/ES, relatou a situação referente à pesca em Barra Nova/ São Mateus, considerada importante localidade pesqueira do norte do ES, em que foi realizado um levantamento feito durante 10 meses entre 2006/2007 onde 21 embarcações desembarcaram 187 toneladas de camarão setebardas, dentre outras espécies de importância econômica, tais como cação, atum, sarda e pescadinha

somando um total de 212 toneladas. Alejandro informou que não há proibição nessa região e ainda sim os pescadores estão sendo prejudicados pela opinião pública de que o camarão está contaminado, tendo seu produto vendido a preços irrisórios para intermediários e com relatos de que a quantidade capturada não chega a 10% do que era capturado anteriormente ao evento e sugeriu que houvesse um novo diagnóstico pesqueiro na localidade para fins de averiguação. Alejandro informou ainda que a SEAG/ES construiu coletivamente um plano de ação para Barra Nova, a fim de buscar alternativas e desenvolvimento das comunidades que ali habitam, sendo este um modelo piloto que será utilizado ao longo de todo o litoral do ES, junto às demais comunidades pesqueiras, além de comunidades ribeirinhas, e assim obter o mapeamento com detalhes das demandas e possibilidades de atendimento às mesmas, no que diz respeito à pesca.

O Sr. Roberto Sforza colocou que é necessário ter pessoal para realizar essa fiscalização e não somente estrutura, pois normalmente para cada dia de fiscalização são necessários em média três dias para elaboração dos relatórios.

No item 4 da pauta referente a retomada da pesca e projetos de sustentabilidade do setor pesqueiro e aquícola, o Sr. João Carlos informou que a Câmara Técnica de Economia e Inovação é a responsável dessa temática porém não havia membros presentes tornando inviável a sua discussão e sugeriu o registro em Ata para que a CT-EI apresente na próxima reunião do GT o detalhamento das atividades que estão sendo elaboradas para conhecimento dos demais e continuidade na discussão.

Retomando a questão da comunicação, a Sr. Roberta Tatiany da Secretaria de Saúde do ES reforçou o cuidado na forma de comunicação para não haver histeria e causar outros problemas para a população que, embora necessário, existem regras diferentes para esse tipo de comunicação.

O Sr. João Carlos informou que a Fundação Renova deverá definir os pontos focais para atender a demanda de um plano de comunicação para ser apresentado em 30 dias e sugeriu a criação de um subgrupo de Comunicação para a divulgação das informações do GT, ficando a Renova de apresentar uma proposta.

A Sra. Eloá da Fundação Renova solicitou que os encaminhamentos de datas e convocatórias das reuniões do GT para a Governança sejam feitas com antecedência para que seja possível a participação de outros membros da Renova.

O sr. Renato da SECEX/CIF informou que a Secretaria Executiva do CIF fará as comunicações das próximas reuniões do GT e se encarregará de sua organização e propôs o agendamento para a próxima reunião para o dia 24/10/2018 (quarta-feira) em Belo Horizonte/MG, acordado por todos os presentes.

As 16 horas a reunião deu-se por encerrada.